



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 227/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Recife, 30/03/2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

CGU- Controladoria Geral da União

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

UO – Unidade Orçamentária

DEC. – Decreto

FUNAPOL- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal

CPGF- Cartão de Pagamento do Governo Federal

DNOCS- Departamento Nacional de Obras contra as Secas

REF- Registro Eletrônico de Frequência

SELOG- Setor de Administração e Logística Policial

NEOF- Núcleo Orçamentário Financeiro

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087	16
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089	17
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	18
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453	19
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662	20
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	22
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	23
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	24
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200398.....	25
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200399	25
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200398.....	26
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200399	27
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200398	27
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200399	27
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200398	28
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200399.....	28
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	29
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	31

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	31
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	31
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	31
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	32
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	33
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	33
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	35
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	37
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	38
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros...	38
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ ¹	39
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	39
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	44
Quadro A.13. 2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	45

SUMÁRIO

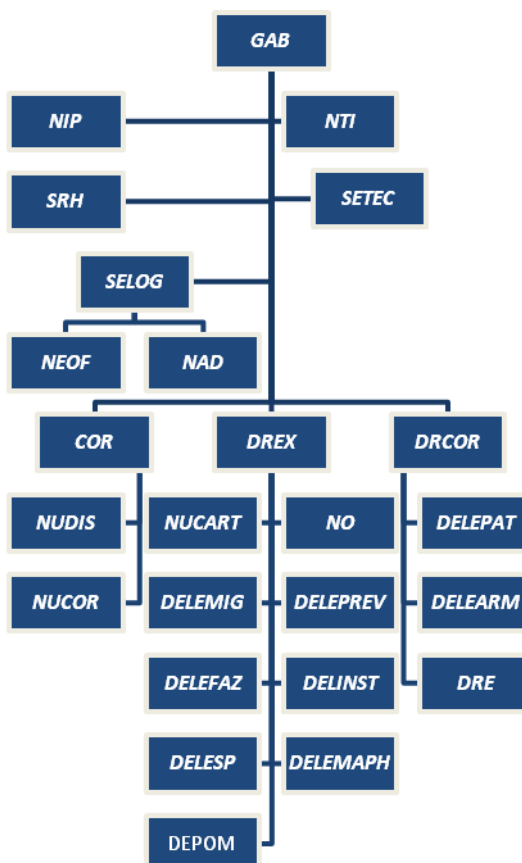
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
INTRODUÇÃO	7
1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	11
2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	12
2.1) Responsabilidades institucionais.....	12
2.1.1) Competência institucional.....	12
2.1.2) – Objetivos Estratégicos.....	13
2.2 – Estratégia de Atuação	13
2.2.1) Análise plano estratégico da unidade.....	13
2.2.2) Análise do plano de ação.....	14
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	16
2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social.....	16
2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	17
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	18
2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.....	19
2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento	19
2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.....	20
2.3.1.6.2) Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	20
2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	20
2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos:	21
2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	21
2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	21
2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	22
2.3.1.3.5) Ação 4679 – Serviço de Proteção ao Depoente Especial	22
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	22
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	23
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	23
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	23
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	23
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	23
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	24
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	25
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	25
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	25
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	27
2.4.3) Indicadores Institucionais.....	28
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	28
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	28
3.2) Análise Crítica.....	28
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	28
Análise Crítica	29
5. RECURSOS HUMANOS.....	29
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	29
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	31
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	31
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	32
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	34
6. TRANSFERÊNCIAS.....	35
6.1) Transferências efetuadas no exercício.....	35
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.....	35
7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV.....	35
8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	35
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	35
9.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	35
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	37
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	37
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	38
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	38
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	39
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	39
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	39
13. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	40
14. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	40
15. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	40
ANEXOS.....	41
ANEXO I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	42
ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	43
ANEXO III - INFORMAÇÕES SOBRE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO	44
ANEXO IV – MAPA ESTRATÉGICO DO DPF.....	45
ANEXO V - RESULTADOS DAS AÇÕES DO SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO	46
ANEXO VI - RESULTADOS DAS AÇÕES DA DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM SALGUEIRO/PE.....	47
ANEXO VII - RESULTADOS DAS AÇÕES DA DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM CARUARU/PE	50
ANEXO VIII - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	54

Organograma Funcional

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por duas (02) Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Caruaru e Salgueiro.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/PE é o seguinte:



Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 227/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e

recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
 - 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
 - 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 - 2. Núcleo de Operações – NO;
 - 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 - 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
 - 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 - 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
 - 9. Delegacia de Polícia Marítima- DEPOM
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
 - 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
 - 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
 - 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
 - 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
 - 2. Núcleo de Correições – NUCOR.

As principais atuações da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco são determinadas por características do estado como sua posição geográfica, as atividades econômicas desempenhadas, o fluxo de pessoas e bens, sua malha viária e a distribuição de riquezas e desigualdades dentro do estado. Por sua posição geográfica e disposições históricas, o estado atua como um centralizador econômico no Nordeste. Num raio de 300 km do Recife, vivem doze milhões de pessoas, 54,7 bilhões de reais de PIB, mais da metade dos centros de pesquisa do Nordeste, quatro grandes portos e dois aeroportos internacionais. Ao estender o raio para 800 km, se concentra 90% do PIB de toda a região Nordeste. Isso se deve principalmente à posição central do estado e da região metropolitana do Recife em relação ao Nordeste e da proximidade da cidade do Recife de outras capitais de estado como João Pessoa e Maceió, além de importantes centros urbanos interioranos como Campina Grande, Caruaru, Garanhuns, Arapiraca e Petrolina. A principal forma de transporte do estado são rodovias. As mais importantes são a BR-101, que, avançando pela costa pernambucana, liga o norte ao sul do estado e a BR-232, ligando a capital ao interior do estado, no sentido leste-oeste. O estado tem dois aeroportos internacionais. O Aeroporto Internacional do Recife - Gilberto Freyre é o maior aeroporto do Norte-Nordeste, com uma pista de

3305 m e capacidade para 5 milhões de passageiros ao ano. O Aeroporto de Petrolina possui a segunda maior pista de pouso do Nordeste e o seu principal emprego é no transporte da produção de frutas do Vale do São Francisco para o exterior. Pernambuco apresenta dois portos marítimos: o de Suape, segundo maior do Brasil, localizado no município de Ipojuca, e o do Recife. Faz divisa com Paraíba e Ceará ao norte, Alagoas e Bahia ao sul, Piauí ao oeste e o oceano Atlântico ao leste. Tem 187 km de costa, excluindo a costa do arquipélago de Fernando de Noronha. O arquipélago é visitado por turistas do Brasil e do mundo. Mais da metade do estado é localizado no Sertão, exclusivamente no oeste do estado.

Desta forma esta Superintendência Regional tem concentrado seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crimes contra o patrimônio, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais. No sertão pernambucano têm-se intensificado o combate ao cultivo de plantas psicotrópicas, mais notadamente a cannabis sativa (maconha), com operações de erradicação da planta no denominado “polígono da maconha”.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2010, a SR realizou cerca de diversas operações policiais de combate ao tráfico de drogas. Houve apreensão de 2.735,92 quilos de Maconha e 109,47 de cocaína no Estado de Pernambuco.

A Delegacia Especializada de Segurança Pública realizou trabalhos em 462 estabelecimentos financeiros vistoriados, onde foram procedidas as seguintes atuações;
09 empresas clandestinas encerradas;
63 Autos de Constatação de Infração lavrados;
1.325 armas de fogo encaminhadas para destruição;
152 veículos especiais vistoriados.

A Delegacia de Defesa Institucional realizou 02 (duas) operações: Operação Eleições 2010 e Operação Libras.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.649 (um mil seiscentos e quarenta e nove) Inquéritos Policiais, relatados cerca de 2.342 (dois mil trezentos e quarenta e dois), e ficaram em aberto (em andamento) 3.943 (três mil novecentos e quarenta e três) inquéritos.

Instalação do Grupo Especial de Investigações Sensíveis-GISE/NE e do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado, com o objetivo de melhorar as atuações da Polícia Federal no combate à criminalidade.

Continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, crimes financeiros, desvios de recursos públicos e crimes contra o patrimônio público.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ são a escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), além da redução drástica de dotação orçamentária destinada a esta Regional.

A DELEPREV realizou a Operação Cabo II, no ano de 2010, na qual cumpriu 07 Mandados de Prisão Preventiva e 08 Mandados de Busca e Apreensão. Instaurou 108 novos Inquéritos e concluiu 116.

Durante o ano de 2010, as atividades de Polícia Judiciária da DRCOR compreenderam 186 inquéritos policiais instaurados e 265 inquéritos relatados, com um índice de produtividade de 142,4%, considerando-se a razão entre relatados e instaurados.

Foram desenvolvidas operações na área de assaltos e arrombamentos a bancos e a correios, contemplando a repressão a quadrilhas que atuavam em todo o Nordeste, gerando prisões em flagrante em Pernambuco, Maranhão, Paraíba e Bahia, num total de 33 presos.

Na área de repressão a entorpecentes, também se desenvolveram várias operações, gerando os resultados abaixo:

Veículos Apreendidos = 18
Armas Apreendidas= 03
Drogas Apreendidas:
Maconha = 685,044 Kg
Cocaína (pasta) = 80,725 Kg
Cocaína = 26,372 kg
Cocaína (crack): 32,07398 kg
Total de derivados da coca: 141,47 kg

Lança-perfume: 438 ampolas
Comprimidos psicotrópicos: 26.200

Na área de repressão a crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, foi executada uma prisão em flagrante e deu-se início a duas operações. O efetivo foi ampliado de 02 APFs para 05 APFs. Foram igualmente ampliadas as instalações do Grupo, de 01 para 02 salas.

Na área de registros de armas, expediram-se 7433 registros e 08 portes de arma, bem como foram confeccionados 462 pareceres. Com relação aos processos de registro de novas armas e de porte, a Superintendência de Pernambuco inovou, regulamentando e pondo em prática o “processo digital”, em substituição aos antigos processos físicos.

No âmbito administrativo, inaugurou-se a base de inteligência GISE/NE (Grupo de Investigações Sensíveis do Nordeste), em estrutura cedida pelo DNOCS, com vistas a reprimir o tráfico internacional e interestadual de drogas, bem como crimes conexos. Deu-se andamento às obras para a conclusão do CICCOR (Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado), que funcionará em prédio contíguo ao GISE.

Destaque-se mudanças no atendimento das ocorrências relativas a assaltos e arrombamentos a bancos e a correios, com a utilização de agentes especializados nesse tipo de repressão e instauração imediata de inquérito policial, aperfeiçoando-se o anterior processo, que envolvia o emprego de policiais de delegacias diversas e a instauração do inquérito cerca de 15 dias depois dos fatos.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco			
Denominação abreviada: SR/DPF/PE			
Código SIORG: 001219	Código LOA: N/A		Código SIAFI: 200092
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(081) 2137-4007	(081)2137-4027	(081) 21374002
E-mail: gab.srpe@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Dec. 56.510, de 28/06/65, DOU. 138, de 22/07/65. - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 24/05/76 - Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. - Portaria. 527/64, BS. 245, de 24/12/64 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200092	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200398	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
200399	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200092	200398		
200092	200399		

2 – Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbção ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Pernambuco exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) – *Objetivos Estratégicos*

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Pernambuco atuou mais notadamente no combate aos crimes de tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio e ao meio ambiente, crimes previdenciários. Também, foi objetivo na SR neste exercício a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes através da contratação de terceirizados para execução da emissão destes serviços, no controle de armas e missão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

Como forma de melhorar a atuação da Polícia Federal no sertão pernambucano envidamos esforços em adquirir e reformar uma nova sede para a Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro, tendo em vista um melhor combate aos crimes praticados na região e ao tráfico de drogas realizados no denominado “polígono da maconha”.

Considerando que em 2010 tivemos um ano eleitoral, tivemos como objetivo estratégico especial priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de verbas públicas, além do permanente combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros. Como objetivo estratégico geral, enfatizamos o combate ao tráfico de drogas, a assalto a bancos e contra o meio-ambiente e patrimônio histórico.

2.2 – *Estratégia de Atuação*

2.2.1) Análise plano estratégico da unidade.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Pernambuco atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como no fortalecimento das ações de repressão dos crimes contra o patrimônio, em especial prendendo e desmantelando assaltantes de banco e de correios.

Cabe destacar as operações de repressão a corrupção, de desvio de verbas públicas, de crimes previdências, além da reestruturação no ano de 2010 da DELEMAPH, haja vista o Estado de Pernambuco um vasto ecossistema (Fernando de Noronha, Mata Atlântica e sistemas ecológicos

diferenciados tais como Zona da Mata, Agreste e Sertão (Caatinga), sem falar do patrimônio histórico.

Foi implementado a reestruturação dos núcleos de inteligência com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Outro importante avanço a modernização do Setor Técnico-Científico (SETEC) desta Regional, com o recebimento de novos equipamentos e a inauguração de lotação de peritos no interior do Estado, no caso a Delegacia de Salgueiro, com novas instalações.

Foram emitidos 37.058 (trinta e sete mil e cinquenta e oito) passaportes modelo ICAO, gerando uma receita de R\$ 5.820.700,06 (cinco milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos reais e seis centavos), o que demonstra um trabalho bem desempenhado por esta Superintendência em garantir quase a totalidade da cota orçamentária destinada apenas com a emissão de passaporte. Houve um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior(2009). Estimamos que em 2011 haja um aumento ainda maior na demanda por passaportes, sendo necessário investir em equipamentos e contratação de novos servidores.

Em 2010 tivemos redução em nossa cota orçamentária. Com isso tivemos várias dificuldades em pagar em dia nossos fornecedores como também em implementar melhorias físicas para a superintendência e delegacias descentralizadas.

Temos limitações físicas das instalações, tendo em vista que o prédio onde está instalada a Superintendência tem mais de 30 de anos de construído. Concluímos a licitação para 2ª etapa da reforma do edifício onde está a Delegacia de Polícia de Salgueiro no final de 2010, porém não pudemos empenhar por conta da decisão Ministerial de restringir nossa cota de empenho, assim como não pudemos liquidar várias faturas que estavam dependendo de crédito, pois o SIAFI não permitiu a emissão e reforço dos empenhos. Atualmente temos uma grande deficiência de pessoal para realizar serviços administrativos, o que certamente seria resolvido com abertura de concurso público.

2.2.2) Análise do plano de ação

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, principalmente por ser um dos principais destinatários finais de drogas como o crack e porta de saída para a Europa e para a África entenderam-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente. Por ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, foram reforçadas algumas áreas, como a Inteligência e Contra-inteligência (inclusive já adotando medidas de antiterrorismo, com o recebimento do equipamento denominado “body scan”, o qual está sendo empregado na identificação de drogas escondidas junto ou no corpo de “mulas”, mas pode ser utilizado com eficácia na detecção de eventuais explosivos), Imigração, Gerenciamento de crises (com servidores sendo capacitados nos cursos do COT) e fortalecimento do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), para atuar em situações de risco diferenciadas, com doutrina difundida pelo COT/DIREX.

Tratando-se de um dos Estados do Nordeste onde é encontrada uma grande área de plantação e cultivo de maconha, com frequência, as operações policiais de erradicação têm sido uma constância, o que tem surtido efeito com a diminuição de áreas plantadas, bem como têm sido

encontradas plantações com mudas de maconhas ainda novas/pequenas, o que reflete que os traficantes não têm tido tempo de desenvolver as respectivas culturas no tempo esperado, causando-lhe prejuízos. Ademais, com a transposição do Rio São Francisco, muitos plantadores deixaram de realizar cultivos de maconha, para obter colocação/emprego efetivo. O Estado também recebeu policiais de outros países (Paraguai e Bolívia), a fim de conhecerem como é realizada a erradicação da maconha no Sertão pernambucano e trocar experiências.

Outra estratégia implantada e que merece destaque é a atuação da área de inteligência e análise. Foram programadas reuniões para padronizar a atuação dessas áreas bem como unir todo o efetivo em um mesmo espaço através da implementação e reestruturação dos núcleos de inteligência com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Como medidas de redução de gastos, implantamos uma gestão mais eficiente dos recursos. Para a aplicação de medidas de redução em telefonia foi necessário um investimento em novas centrais telefônicas. O investimento realizado foi de aproximadamente R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). O retorno do investimento deu-se em nove meses. A previsão para 2011 é termos uma economia na ordem de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) em telefonia. Os dados abaixo são do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/PE.

- Redução das despesas com telefonia superior a 25% no ano de 2010 (R\$ 600.000,00 em 2009 para menos de R\$ 460.000).
- Redução prevista das despesas com telefonia de mais de 55% para o ano de 2011 (R\$ 600.000,00 em 2009 para menos de R\$ 260.000 previstos para 2011).
- Aquisição e implantação de novas centrais telefônicas com tecnologia VOIP, senhas individuais e gerenciamento centralizado.

- Nova contratação de serviços de telefonia celular com ampliação dos serviços;
- Nova contratação dos serviços de telefonia fixa com ampliação dos serviços e redução de despesas;

- Assinatura de novos contratos de telefonia fixa com ampliação de diversos serviços, em especial número links E1 e canais DDR contratados;
- Contratação de serviços de internet 3G;

Rádio-comunicação:

- Implantação do sistema TETRAPOL na região metropolitana do Recife, com dois sites já operacionais e 2 sites prontos aguardando apenas ativação.
- Recuperação do sistema VHF com ampla cobertura no sertão de Pernambuco.

Desenvolvimento e implantação de diversos sistemas de apoio:

- Sistema para geração automática de escalas de sobreaviso.
- Sistema de controle de visitantes.

- Sistema de controle de materiais e emissão de cautelas.
- SISGRP, Siscart Relatórios, Sistema de Correspondências etc.

Administração de Redes

- Início de processo de virtualização dos servidores de rede da Superintendência Regional de Pernambuco;

Foi alterada a regra tarifária de energia elétrica, assim como a demanda contratada da Superintendência. Estas alterações trouxeram economia de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) no ano. Foram construídos vários projetos na parte elétrica e de lógica para melhor aproveitamento da energia e do circuito de dados. Não pudemos realizar estes projetos por motivo de restrição orçamentária.

Foram desenvolvidas ações de normatização das atribuições dos vários setores do Setor de Administração e Logística Policial. Em parceria com a COF/DLOG foram desenvolvidos os manuais de funções e atribuições do Núcleo Orçamentário e Financeiro. Os manuais servem para disseminar os conhecimentos dos servidores com todos que fazem parte da administração pública.

Implantamos na Superintendência o Grupo Técnico em Edificações, responsável pelo acompanhamento e fiscalização de obras, elaboração de projetos técnicos, fiscalização de contratos de manutenção, estudos de melhoria eficiência das instalações.

Foi apresentado na Prefeitura da Cidade do Recife o projeto da nova sede da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, onde o estudo mostrou-se viável tecnicamente. Elaboramos e enviamos para o Órgão Central o Relatório Anual de Inspeção Física das Unidades em Pernambuco.

Entendemos que o plano de ação desta Regional é foi aplicado de forma eficiente face aos objetivos delineados e as restrições impostas.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.					
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.					
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	23.474,50	16.286,59	7.187,91	16.286,59

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias, passagens e investimentos realizados no âmbito da Delegacia Especializada em Repressão a Crimes Previdenciários-DELEPREV, descentralizados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX.

2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	46.507,98	46.507,98	-	46.507,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social						
Análise do Resultado Alcançado						
Foram melhoradas as estruturas de móveis e equipamentos para o combate aos crimes previdenciários no âmbito desta SRPE						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a auxílio funeral concedido a servidor aposentado desta Superintendência Regional em agosto de 2010.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200398	n/a	n/a	5.911.263,77	5.569.968,52	341.295,25	5.538.529,05
200399	n/a	n/a	12.895,81	12.895,81	0,00	12.895,81
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Considerações

A execução da Ação é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; manutenção de contratos e outras.

Devido ao contingenciamento financeiro no ano de 2010, a SR teve dificuldades em pagar todos os compromissos. Cerca de trezentos e quarenta e um mil reais ficaram em restos a pagar.

2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva				Responsável: n/d		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	482.275,91	415.847,51	33.168,60	413.847,51	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PE.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PE.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PE.						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 45.768,14 (quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos) e se destinou a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.

- Valores Pagos em Indenização: R\$15. 397,49

2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

O valor empenhado nesta ação, originada de crédito extraordinário, foi de R\$ 403.956,26 (quatrocentos e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos) auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas mediante o custeio e manutenção de operações na fronteira (viagens, material e serviços), o que auxiliou no andamento dos trabalhos diante da restrição orçamentária.

2.3.1.6.2) Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 32.551,51 (trinta e dois mil, quinquênios e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos). Os trabalhos realizados no âmbito desta Ação são responsáveis pela melhoria das instituições de segurança pública.

2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	4.173.491,00	3.873.764,03	299.726,97	3.873.203,26	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ¹			Índice previsto no exercício ²	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	Aguardando dados da informática (CTI) da Sede
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; não sendo estipulado um índice a ser atingido para esta regional.						
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2010	63,60	80,00	75,00	142%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice alcançado em 2010 quase supera em duas vezes a índice previsto. O resultado superou a meta traçada devido aos esforços empreendidos pelos diversos servidores envolvidos no processo investigatório.						

Fonte: SIGPLAN, SISCART e CTI

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A "Referência" e o "Índice previsto no exercício" informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/PE.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência e foi extraído pela CTI/DPF e pela COR/SR/DPF/PE.

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializa precursores químicos. Constata-se um alto grau de execução dos valores destinados a este programa. No exercício de 2010, houve um contingenciamento de 40% nos créditos destinados a Ação de Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União, o que dificultou o planejamento e execução.

2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos:

As despesas empenhadas no exercício foram de R\$ 1.279.646,32. As despesas liquidadas foram de R\$997.642,52. Os valores pagos foram de R\$ 997.642,52. As despesas executadas por inscrição em restos a pagar somam R\$ 282.003,80.

2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

As despesas empenhadas no exercício foram de R\$ 188.440,04. As despesas liquidadas foram de R\$188.389,84. Os valores pagos foram de R\$ 188.389,84. As despesas executadas por inscrição em restos a pagar somam R\$ 50,20

Às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

As despesas empenhadas no exercício foram de R\$ 2.694.090,34. As despesas liquidadas foram de R\$2.684.541,67. Os valores pagos foram de R\$ 2.683.980,90. As despesas executadas por inscrição em restos a pagar somam R\$ 9.548,67.

Foram realizadas diversas operações de combate ao tráfico de drogas. Dentre elas destacamos as Operações ocorridas no Município de Salgueiro/PE, sertão pernambucano, na região conhecida por polígono da maconha. Nestas operações foram erradicados mais de um milhão de pés de maconha; destruídas mais de 550 plantações.

Drogas Apreendidas:

Maconha = 685,044 Kg

Cocaína (pasta) = 80,725 Kg

Cocaína = 26,372 kg

Cocaína (crack): 32,07398 kg

Total de derivados da coca: 141,47 kg

Lança-perfume: 438 ampolas
 Comprimidos psicotrópicos: 26.200

A Delegacia de Salgueiro realizou uma grande operação de desvio de remédios controlados, fechando diversas farmácias.

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

O valor executado nesta ação foi de R\$ 3.190,00. Em 2010 foram realizados diversos cursos e treinamentos pelos servidores lotados na Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco. Dentre os cursos podemos citar o treinamento de armamento e tiro tático por quase todos os policiais integrantes do efetivo lotado no Estado de Pernambuco.

Consta apenas a execução de R\$3.190,00 pela Unidade Gestora de Pernambuco em razão da realização orçamentária ser realizada pelos órgãos centrais do DPF, por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

2.3.1.3.5) Ação 4679 – Serviço de Proteção ao Depoente Especial

O valor empenhado para esta Ação foi de R\$8.124,30. Não temos dados de serviços realizados para esta Ação.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
-	-	1353	122R	P	4	-	-	-	¹
6	122	1353	10JJ	P	4	%	3,00	0,05	²
6	128	1353	125I	P	4	%	1,00	0,00	41
6	122	1353	7E37	P	4	%	28,00	1,30	55
6	122	1353	5022	P	4	%	40,00	0,00	44
6	122	1353	7L82	P	4	%	110,00	0,00	²
6	122	1353	7I78	P	4	%	30,00	0,00	20
6	122	1353	5E07	P	4	%	7,00	0,00	10
6	183	1353	8980	A	4	%	21,00	8,81	35

6	122	1353	10HV	P	4	%	52,00	1,30	³
6	183	1353	1778	P	4	%	22,00	11,24	⁴
-	-	1353	11P8	P	4	unidade	1,00	0,00	¹
6	181	1353	8600	A	4	%	2,00	1,23	⁶
6	181	1353	1899	P	4	%	8,00	0,47	⁴
6	181	1353	8979	A	4	%	8,00	4,34	111
6	122	1353	1K69	P	4	%	2,00	6,29	11
6	183	0662	2720	A	4	unidade	819,00	241,00	750
6	128	0662	4572	A	4	unidade	3.000,00	730,00	3.000
6	125	0662	2679	A	4	unidade	34.564,00	38.475,00	23.076
6	128	0662	2712	A	4	unidade	1.638,00	9.801,00	1.570
-	-	0662	128K	P	4	-	-	-	2
6	181	0662	2726	A	4	unidade	1.603,00	273,00	2.834
6	181	0662	4679	A	4	unidade	21,00	105,00	20
6	181	0662	2586	A	4	unidade	1.680.000,00	1.579.655,00	2.932.000

Fonte: SIGPLAN e Portal SOF

Fonte:SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF

Tendo em vista que a SR/DPF/PE atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200398
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200399

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200398	2000	11.879,08	-	5.719.937,64
			0181	46.507,98	-	
			20EV	-	-	403.956,26
			8375	-	-	45.768,14
			8452	-	-	23.474,50
		8855			32.551,51	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200399	2000	-	-	12.895,81
			2679	-	-	897.677,48
			2720	-	-	188.440,04
			2726	-	-	2.694.090,34
			4572	-	-	3.190,00
		4679			8.124,30	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200398	2000	179.447,05	-	-
		200399	2679	381.968,84	-	-
						-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/PE somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. Foram recebidos recursos, via movimentação interna, para compra de computadores para o Órgão Central (CTI), tendo em vista que estavam com dificuldade em realizar a licitação, com isso o investimento realizado parcialmente aplicado na SRPE.

Foram realizadas aquisições de mobiliários para a nova Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro, compra das centrais telefônicas para a Superintendência e Delegacias Descentralizadas. Aquisição de equipamentos de processamento de dados, estabilizadores e no-break, para evitar sobrecarga nos aparelhos elétricos.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200398

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	148.310,21	-	148.310,21
Concorrência				
Pregão	2.250.037,92	2.698.977,39	2.238.599,93	2.667.537,92
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Tomada de Preço	78.136,87		78.136,87	
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	1.354.408,57	1.181.523,28	1.354.408,57	1.181.523,28
Inexigibilidade	175.845,31	148.310,21	168.774,90	148.310,21
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	105.591,25	491.279,61	105.474,70	452.999,86
Outras	915.359,25	1.961.412,66	915.359,25	1.959.412,66

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200399

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços				
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	396.186,95	99.070,34	321.643,18	99.070,34
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	10.708,00	8.537,82	10.708,00	8.537,82
Inexigibilidade	-		-	

Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	895.864,08	661.501,32	895.864,08	661.501,32
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	2.371.964,11	2.991.535,31	2.371.964,11	2.991.535,31
Outras	2.858,09	29.597,90	2.776,19	29.597,90

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200398

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais	25.142,16	58.387,06	25.142,16	58.387,06	-	-	25.142,16	58.387,06
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
	621.458,93	1.012.844,94	552.731,74	201.208,02	101.174,29	68.727,19	552.731,74	939.096,59
30- Material de Consumo								
	397.149,90	384.707,66	392.571,79	384.707,66	16.296,55	4.578,11	392.571,79	382.404,82
33- Passagens e locomoção								
	1.915.596,68	1.687.277,60	1.800.427,58	1.687.277,60	49.771,51	115.169,10	1.794.088,80	1.605.534,30
37- Locação de mão-de-obra								
	1.774.831,85	1.713.384,17	1.464.603,49	1.713.384,17	803.675,33	310.228,36	1.449.510,08	1.651.364,36
39- outros serv. Terc. Pessoa juridic								
47- OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB.OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	10.685,44	11.421,87	9.509,64	11.421,87	9.093,16	1.175,80	9.509,64	11.313,87
	134.051,66	233.098,51	122.651,66	233.098,51	173.077,27	11.400,00	122.651,66	202.136,46
92- DEA								
	312.205,28	628.536,60	251.703,32	628.536,60	24.000,00	60.501,96	122.651,66	620.101,91
93- IND. E RESTITUICOES								

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200399

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	2286.376,20	3.003.437,61	2.286.376,20	3.003.437,61	356.404,94	19.886,79	2.266.489,41	2.992.728,57
36 – Outros sv de terceir. PF	225.706,17	315.069,69	225.706,17	315.069,69	105,45	46,83	225.659,34	311.474,05
39 – Outros sv de terceir. PJ	343.473,72	178.896,16	343.473,72	178.896,16	4.406,78	0,00	343.473,72	178.896,16
Demais elementos do grupo	0,00	18.274,10	0,00	18.274,10	12.862,20	1.084,52	0,00	9.841,72

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200398

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Eq. Mat. Permanente	989.466,32	179.447,05	74.114,00	179.447,05	915.352,32	0,00	74.114,00	523.650,06
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200399

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
51 – Obras e instalações								
52 – Eq. Mat. Permanente	109.795,60	381.968,84	108.947,80	381.968,84	847,80	0,00	108.947,80	104.418,16
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Quase a totalidade dos valores constantes dos investimentos realizados foram para implantação do GISE-NE e aquisição de computadores para a CTI/DPF, pois os créditos foram descentralizados para esta unidade proceder com a licitação dos equipamentos.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Os indicadores de desempenho são delineados pelo Órgão Central e aplicados nos processos desta Superintendência, sejam nos resultados de inquéritos relatados ou número de perícias realizadas.

Conforme orientação do órgão central estão sendo realizados estudos para implantação de indicadores. Foi criado o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica), que tem o objeto de aprimorar a gestão, gerar indicadores e estabelecer metas de cumprimento para todos os setores da Polícia Federal.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 195140100, 212110400, 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

3.2) Análise Crítica

Nada a ser analisado.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200398

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	88.439,83	-66.941,29	17.259,34	4.239,20
2009	76.107,92	-7.012,07	9.761,89	59.333,96
2008	50.834,09			50.834,09
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	1.829.366,26	-23.387,00	1.505.695,10	300.284,16
2009	2.161.492,51	-779.988,22	1.031.714,44	349.789,85
2008	1.582.275,89	-2.880,00	629.786,11	949.609,78

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200399

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	74.543,77		74.543,77	-
2009	86.081,63	-84.176,22	1.905,41	-
2008	185,50	185,50	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	354.801,92	-847,80	306.324,20	48.672,93
2009	432.450,23	-373.779,37	57.627,85	1.043,01
2008	121.950,00	-	121.950,00	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Os impactos existentes na gestão financeira da UJ em 2010, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores são a escassez de crédito para pagar os compromissos da gestão atual. A Unidade fez um levantamento no ano de 2010 para cancelar os restos a pagar que não seriam realizados no exercício.

No que se refere aos restos a pagar verifica-se os que valores são compatíveis com anos anteriores. Devido ao contingenciamento de recursos não pudemos liquidar muitas faturas como também não tivemos como pagar as liquidadas.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	403	403		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	402	402	0	
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	402	402		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	01	01		
1.4.1 Cedidos	01	01		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				

2.2.4	Sem vínculo				
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total	403	403		

Fonte: SIAPE e QCP.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	14	169	131	69	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: SIAPE E ARQUIVOS SERVIDORES

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					02	48	345		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença							01		
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior							04		
2.3. Funções gratificadas							23		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE E ARQUIVO SERVIDORES

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	197	02
1.1 Voluntária	171	
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	26	
1.4 Outras		
2 Proporcional	33	
2.1 Voluntária	27	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	06	
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral		05
2. Proporcional		

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	14	14	13	13	81.640,00
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	01	01	15	30	31.900,00

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	
Membros de poder e agentes políticos							

2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	56.470.309,17		5.909.220,28	1.612.202,09	733.286,50	103.290,00	9.687,45	65.518.769,09
2009	58.883.093,57		7.187.699,65	1.729.742,69	629.185,60	876.689,86	13.142,67	69.319.554,04
2010	62.994.176,08		7.658.132,55	1.872.092,40	1.636.766,67	1.292.991,92	2.535,57	75.456.695,19
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Direção e Assessoramento Superior								
2008			64.675,41					
2009			63.036,90					
2010			73.151,96					

Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008			68.276,89					
2009			74.832,01					
2010			73.953,96					

Fonte: SIAPE

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/PE													
UG/Gestão: 200398							CNPJ: 00.394.494/0033-3						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	11/2008	00.323.090/001-51	31/12/2010	31/12/2011	27	25	0	0	0	0	P
2010	V	O	03/2010	06.036.457/001-32	30/12/2010	30/6/2011	0	0	36	32	0	0	P

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Thiago Cesar Torres Leite

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/PE													
UG/Gestão: 200398/200399							CNPJ: 00.394.494/0033-13						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	13/2010	08.362.490/000 1-88	19/9/2 010	19/9/2 011	0	0	33	28	0	0	A
2010	2	O	08/2010	00.323.090/000 1-51	2/3/20 11	2/3/20 12	0	0	3	3	0	0	P
2009	4	O	15/2009	70.244.082/000 1-03	30/9/2 010	30/3/2 011	0	0	1	1	0	0	P
2009	4	O	18/2009	10.281.307/000 1-61	3/12/2 010	3/12/2 011	0	0	1	1	0	0	P
2010	3	O	12/2010	04.271.959/000 1-12	14/9/2 010	14/9/2 011	0	0	2	2	0	0	A

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Thiago Cesar Torres Leite

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
11/2008	2	25	200092
03/2010	8	32	200092
13/2010	1	28	200092
08/2010	2	3	200092
15/2009	4	1	200092

18/2009	4	1	200092
12/2010	3	2	200092
11/2008	2	25	200092
03/2010	8	32	200092
13/2010	1	28	200092

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Thiago Cesar Torres Leite

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Durante o ano de 2010, ocorreram 5.074 dias de ausências por LTS, o que representa quase 13 dias de afastamento por servidor no ano.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

- a) 01 Processo Especial foi considerado como Acidente de Serviço.

- Rotatividade (turnover)

Durante o ano de 2010 :

- a) 24 servidores removidos para o Estado de Pernambuco, Superintendência e Descentralizadas
- b) 18 servidores foram removidos da Superintendência e Descentralizadas.
- c) 05 falecimentos, sendo 01 servidor ativo e 04 aposentados

- Educação Continuada

Não existe informação neste Setor quanto a solicitação e realização de cursos e treinamentos.

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da Corregedoria Regional da Polícia Federal em Pernambuco e da Coordenação Geral em Brasília, que avalia o trabalho desempenhado pelos servidores e aplica as sanções previstas na legislação constitucional e infraconstitucional.

- Desempenho funcional

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Níveis Salariais

- a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;
- b) Administrativos: Dividos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<i>Apenas na adoção do papel reciclado</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>n/a</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Papel reciclável.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>n/a</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Compra de papel reciclado e copos que podem ser reciclados</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>n/a</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	<i>Carbono Neutro</i>				

Aspectos sobre a gestão ambiental (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	Avaliação (<i>plantio de árvores</i>)
<i>Considerações Gerais:</i> O questionário foi respondido individualmente pelo responsável pelo setor de licitações e contratos, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados	
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF PE		
	Recife	4	4
	Salgueiro	1	1
	Floresta	1	1
Total (Brasil)		6	6

Fonte: Setor de Contratos SRPE.

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
UF PE			
Caruaru		1	1
Total (Brasil)		1	1

Fonte: SIAFI/ Setor Contratos SRPE

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ¹

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200398	2531.00525.500-0	Administração Federal Direta	Regular	1.732.434,95	04/09/2001	1.732.434,95	-	125.690,00
200398	2531.00697.500-6	Administração Federal Direta	Bom	152.369,71	09/08/2001	152.369,71	-	-
200398	2543.00048.500-0	Administração Federal Direta	Regular	497.276,79	25/11/2008	497.276,79	-	-
Total								125.690,00

Fonte:

¹ Em consulta ao sistema SPIUNET foram localizados três imóveis em propriedade da UG secundária 200398. Os demais imóveis descritos no quadro A11.1 são imóveis cedidos por outros Órgãos como o DNOCS e DNIT, porém não foram atualizados no sistema SPIUNET. Enviaremos uma comunicação para os Órgãos descritos, solicitando que os responsáveis pela atualização do sistema SPIUNET transfiram o cadastro para esta Superintendência.

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As principais medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis é a realização de manutenção preventiva e reativa nos mesmos para deixá-los em condição de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	11				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		

7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Serviços = 55% Bens = 3%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/PE					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: NTI/SR/DPF/PE

13. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica a esta UJ.

14. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

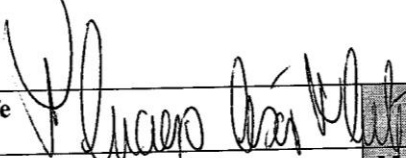
Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

15. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

ANEXOS

ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código das UGs:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco			200399 200398
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Recife		Data
			23 de março de 2011
Responsável	Thiago Cesar Torres Leite	Matrícula nº	11729




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art. 4º, da Decisão Normativa TCU 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes no Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativas ao exercício de 2010, ano base 2009, na forma da Lei 8.730/93 e Portaria Interministerial 298 MP/CGU de 06 de setembro de 2007.

Recife/PE, 23 de março de 2011.


MIRNA GOUVEIA DANTAS DA SILVA
Chefe do Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/PE

ANEXO III - Informações SOBRE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Gestora: 200399</i>			<i>Limite de Utilização da UG</i>			
SF Siafi ¹	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
1 – REE	Paulo Gustavo Galindo L. Araújo	021.024.904-83	19.949,77	19.949,77		19.949,77
2 – REE	Maria Hidelvanise dos santos	725.652.173-15	20.298,20	18.921,20	1.377,00	20.298,20
3 – REE	Sérgio Luis Gois Cavalcanti	020.422.094-73	10.626,37	1.630,00	8.996,37	10.626,37
4 – REE	Leonardo Galdino Moraes	922.888.044-91	17.704,48	4.253,57	13.450,91	17.704,48
9 – REE	Vanessa Couto Coelho Bezerra	029.285.934-11	5.536,22	168,42	5.367,80	5.536,22
10 – REE	Flávia de Oliveira Lemos	004.063.597-09	10.294,24	3.200,00	7.094,24	10.294,24
11 – PV	Jorge Oliveira de Andrade	149.177.004-00	6.314,78	994,00	5.320,78	6.314,78
12 – REE	José Carlos Pereira da Silva	101.578.914-53	24.953,50	15.299,31	9.654,19	24.953,50
13 – PV	Edérson Aurélio Campestrini	610.889.271-49	264,20		264,20	264,20
14 – REE	Ericsson Rommel Assunção	820.169.334-53	19.997,40	4.340,00	15.657,40	19.997,40
15 – PV	Rhassanno Caracciollo Patriota	607.374.844-20	3.954,98	819,52	3.135,46	3.954,98
16 – PV	Débora Vanessa Campos Freire	034.339.144-94	1.957,94	15,66	1.942,28	1.957,94
22 – REE	Mário Vinícius Neves de Lima	518.637.285-72	27.852,23	27.852,23		27.852,23
24 – REE	Adriano Martins Furtado	396.464.833-72	22.130,00	22.130,00		22.130,00
25 – REE	Sérgio Luis Gois Cavalcanti	020.422.094-73	30.542,70	11.420,00	19.122,70	30.542,70
27 – REE	Cristiano de Oliveira Rocha	023.214.564-42	19.210,00	18.910,00	300,00	19.210,00
28 – REE	Cícero Barbosa de Lima	908.432.234-72	5.380,00	980,00	4.400,00	5.380,00
29 – REE	José Mário R. do Nascimento	329.168.924-00	27.000,00	27.000,00		27.000,00
30 – REE	George Diderot Duarte de Brito	034.483.934-60	32.000,00	32.000,00		32.000,00
31 – REE	Paulo Gustavo G. Leite Araújo	021.024.904-83	31.834,06	11.108,77	20.725,29	31.834,06
34 – REE	Guilherme José Barbosa Correia	495.027.865-72	17.336,81	17.336,81		17.336,81
35 – REE	Giovanni Miguel S Cavalcanti	031.878.504-80	18.998,00	18.417,00	581,00	18.998,00
41 – REE	Sérgio Luis Gois Cavalcanti	020.422.094-73	11.504,10	6.996,10	4.508,00	11.504,10
44 – REE	Flávio Henrique D. Portella	624.294.854-00	11.134,12	6.855,52	4.278,60	11.134,12
46 – REE	José Romero Moreira Coelho	193.773.714-49	19.240,11	8.922,16	10.317,95	19.240,11
47 – REE	Cristiano de Oliveira Rocha	023.214.564-42	8.104,60	2.050,34	6.054,26	8.104,60
48 – REE	Flávia de Oliveira Lemos	004.063.597-09	4.697,48	546,00	4.151,48	4.697,48
51 – REE	Guilherme José Barbosa Correia	495.027.865-72	19.146,07	19.146,07		19.146,07
52 – REE	Cícero Barbosa de Lima	908.432.234-72	21.678,46	8.090,00	13.588,46	21.678,46
53 – REE	Paulo Gustavo Galindo L. Araújo	021.024.904-83	20.392,59	2.604,41	17.788,18	20.392,59
55 – REE	Ary Gusmão Carneiro da Silva Jr	308.236.764-04	4.200,00	2.000,00	2.200,00	4.200,00
56 – REE	José Carlos Pereira da Silva	101.578.914-53	9.197,43	7.203,59	1.993,84	9.197,43
VS	Núcleo de Inteligência Policial (NIP)	Caráter Sigiloso	138.440,04	88.426,31	50.013,73	138.440,04
<i>Sub-Total utilizado pela UG</i>				<i>414.945,28</i>	<i>232.454,09</i>	<i>647.399,37</i>
Total utilizado pela UG						647.399,37
Total utilizado pela UJ						647.399,37

Fonte: Núcleo Orçamentário Financeiro- SRPE

¹PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Quadro A.13. 2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

UG 200399					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade ¹	Valor (a)	Quantidade ¹	Valor (b)	
2007	-	-	-	-	574.080,12
2008	-	-	-	-	745.758,32
2009	56	-	56	-	932.746,22
2010	-	414.945,28	-	232.454,09	647.399,37

¹ não foi possível extrair todos os dados quantitativos

ANEXO IV – Mapa Estratégico do DPF



ANEXO V - Resultados das ações DO SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO

I - Estrutura do SETEC – PE.

Pessoal

Quadro 1 – Peritos do SETEC

Especialidades	12/2007	12/2008	12/2009	12/2010
Perícias Contábeis e Econômicas	11	8	8	6
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	4	4	4	4
Perícias de Engenharia	3	3	4	4
Perícias de Informática	4	3	3	3
Perícias de Laboratório	7	7	6	4
Perícias de Meio Ambiente	4	3	5	4
Perícias de Documentoscopia	-	-	-	4
Chefe/Chefe Substituto.	-	-	2	2
Total	33	28	32	31

II - Processo Produtivo e Pendências

Em 2010 foram produzidos 1.529 Laudos Periciais e 273 Informações Técnicas.

No Quadro 2 pode ser observado o volume de Laudos Criminais realizados por área de perícia em 2009 e 2010, além das pendências acumuladas ao final de cada ano.

Quadro 2 – Perícias Realizadas e Pendências

Área de Perícia	Ano		2009		2010	
	Laudos	Pendências	Laudos	Pendências	Laudos	Pendências
Perícias Contábeis e Econômicas	37	68	123	16		
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	107	42	90	16		

Perícias de Balística Forense	84	16	68	16
Perícias de Engenharia	12	11	29	5
Perícias de Informática	162	36	138	13
Perícias de Laboratório	446	29	532	56
Perícias de Local de Crime	105	61	153	21
Perícias de Meio Ambiente	15	35	14	7
Perícias de Veículos	76	4	60	5
Perícias Documentoscópicas	231	82	284	38
Perícias Merceológicas	23	13	26	6
Outras	2	17	12	9
Total	1.300	414	1.529	208

Fonte: Sistema Criminalística

ANEXO VI - Resultados das ações DA DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM SALGUEIRO/PE

OPERAÇÕES DE ERRADICAÇÃO DE MACONHA

LIAMBA I

Pés Erradicados = 219.600

Maconha pronta para consumo = 52,5 kg

LIAMBA III

Pés Erradicados = 246.579

Maconha pronta para consumo = 500,95 Kg

Sementes = 63,95 Kg

LIAMBA V

Pés Erradicados = 411.706

Maconha pronta para consumo = 296,9 Kg

Sementes = 8,5 Kg

LIAMBA VII

Total de Pés Erradicados = 148.498

Maconha pronta para consumo = 35,5 kg

TOTAL

PÉS ERRADICADOS = 1.026.383

Maconha = 419, 6 Kg

Cocaína = 4,95 Kg

Veículos - 8

OUTRAS OPERAÇÕES

Resenha - **OPERAÇÃO SALUTE**

A Polícia Federal e a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com o apoio da APEVISA – Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária, desencadearam em setembro/2010 a OPERAÇÃO SALUTE, cujo objetivo era:

- a) no âmbito da prevenção, realizar trabalho educativo e de conscientização dos estabelecimentos farmacêuticos na importância de comercializar para a Sociedade produtos devidamente legalizados, promovendo a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária;
- b) no que tange à repressão, apreender medicamentos ilegais e irregulares ao consumo da população, efetuando, quando a situação exigir, a prisão dos responsáveis pelo crime cometido

A operação se iniciou na segunda-feira, dia 13/09/2010, com a prisão em flagrante de duas pessoas na cidade de Penaforte/CE, em face da venda clandestina de medicamentos controlados e medicamentos sem registro na ANVISA. Nos dias que se seguiram, mais 13 prisões em flagrante delito foram realizadas nos municípios de Serra Talhada/PE, Salgueiro/PE e Ouricuri/PE. Além das irregularidades administrativas como falta de autorização sanitária para venda de medicamentos, as condutas se amoldaram em geral às seguintes infrações penais:

- a) venda de medicamentos sem registro na ANVISA, de procedência ignorada (Lucitan/Pramil) – Art. 273, §§1º e 1º-B, do Código Penal;
- b) venda de medicamentos sem registro na ANVISA e de uso comercial proscrito (Cytotec – uso abortivo) Art. 273, §§ 1º e 1º-B, do Código Penal;
- c) venda de medicamentos controlados sem autorização sanitária ou em desconformidade com a legislação – Art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas);

Um dos flagrantes, no município de Ouricuri/PE, chamou a atenção das equipes a localização dentro do estabelecimento comercializado (Farmácia Cordeiro) a existência de medicamentos pertencentes à Casa de Saúde do município, oriundos do SUS, o que revela indícios de que os medicamentos tenham sido desviados do município para o particular. No mesmo local ainda foram encontrados mais de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) em dinheiro, sem comprovação, o que levou à apreensão do numerário.

Em alguns estabelecimentos, os medicamentos sequer tinham comprovação de procedência, o que pode revelar serem objeto de roubo de cargas, modalidade criminosa em ascensão no País.

Participaram da operação 20 policiais federais, 05 fiscais da ANVISA e 14 fiscais da APEVISA. Ao todo, mais de 20.000 caixas de medicamentos foram apreendidas e os remédios regulares que se encontrem em condições de uso poderão ser doados para a Gerência Regional de Saúde do Sertão Central, mediante autorização da justiça.

O volume de medicamentos controlados apreendidos superou as expectativas dos policiais e fiscais, sendo esta a maior apreensão de medicamentos controlados no Brasil, nos últimos três anos, segundo a ANVISA. Com esse resultado, novas operações serão desencadeadas na região para o combate ao comércio clandestino de medicamentos, em especial os contrabandeados, sem origem definida e comercialização/distribuição de medicamentos controlados da Portaria MS 344/98, norma que estabelece quais substâncias sujeitas a controle especial são consideradas drogas para efeito da Lei 11343/2006.

Dentre os medicamentos sem registro da ANVISA encontrados nos estabelecimentos estão o misoprostol (Cytotec®), que é uma medicação usada para úlceras gastro-duodenais, mas com uso abortivo disseminado. O misoprostol (Cytotec®) usado em período embrionário podem formar efeitos teratogênicos, relacionando-se a Síndrome de Möbius. Por isso, a comercialização do medicamento Cytotec® está proibida em farmácias de todo o país, por determinação da Portaria 344/98 do Ministério da Saúde e sua utilização encontra-se restrita ao âmbito hospitalar sob supervisão da vigilância sanitária municipal.

Ainda foram encontrados exemplares de Pramil (imitação do Viagra) e Lucitan (diazepan), cuja comercialização é proibida pois não são medicamentos registrados na ANVISA e, portanto, constituem-se em risco para a saúde dos consumidores.

13 inquéritos policiais instaurados bem como fotos da operação.

PRODUTIVIDADE DA DELEGACIA

Inquéritos instaurados 228

Inquéritos relatados 488

Produtividade 213% (Segundo Lugar do Brasil, segundo publicado em BS pela COGER)

ANEXO VII - Resultados das ações DA DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM CARUARU/PE

A Delegacia de Polícia Federal em Caruaru tinha como meta proposta pela COGER/DPF, quanto à conclusão de IPLs, tendo esta descentralizada ultrapassado a meta em 7 postos percentuais, atingindo 127% conforme publicado pela própria COGER/DPF em BS.

Além de tal realização podemos destacar com relação aos demais setores e serviços da DPF/CRU/PE os dados a seguir:

CARTÓRIO/DPF/CRU/PE

475 IPLs Instaurados

598 IPLs Relatados

90 CPs/REs processados

14 TCs lavrados

15.167 peças produzidas

Além da realização de saneamento do depósito desta descentralizada bem como efetivação de incineração de quase todas as drogas apreendidas e em depósito na DPF/CRU/PE.

NO/DPF/CRU/PE

664 expedientes recebidos para realização de diligências diversas

2033 intimações recebidas

882 informações policiais expedidas para instrução dos IPLs ou em cumprimento aos itens anteriores

735 OMPs expedidas

28 escoltas realizadas

SINARM/DPF/CRU/PE

Efetivação de 3657 registros de armas de fogo para cidadão em geral no bojo da Campanha do Desarmamento bem como de 257 registros para policiais, no bojo de tal campanha e fora desta no trabalho regular de registros e autorizações de compra de arma de fogo.

MANDADOS DE PRISÃO/DPF/CRU/PE

Cumprimento de 14 mandados de prisão, sendo 05 da Justiça Estadual, 04 da 16ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco e 03 da 24ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco ambas com sede em Caruaru/PE, e 03 da 23ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco com sede em Garanhuns/PE.

CV/DPF/CRU/PE

Realização de diversas ações fiscalizadoras e preventivas no concernente à atividade de controle de segurança privada conforme tabela abaixo:

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	01
	TRANSPORTE DE VALORES	01
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	01
	ESCOLTA ARMADA	-
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	-
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	04
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	04
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	02
	EXPEDIÇÃO DE PORTARIA BANCÁRIA	113
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA	02
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	73
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	-
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	12
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	02
OUTRAS ATIVIDADES:		
DESCRIÇÃO		TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E T. VALORES		02
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS		54

VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	145
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	07
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	523
NOTIFICAÇÃO P/ CUMPRIMENTO	53
ARMAS / MUNIÇÕES ARRECADADAS	14/11
ARRECAÇÃO:	
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO	R\$ 138.973,34
TOTAL DE MULTAS PAGAS POR BANCOS	47.883,45
TOTAL GERAL	R\$ 186.856,79

CCPQ/DPF/CRU/PE

Realização de duas grandes operações com relação ao controle de produtos químicos, nos períodos de 05 a 09/04/2010 (em municípios da circunscrição desta descentralizada) e 20 a 22/04/2010 (no município sede desta DPF/CRU/PE), sendo na primeira apreendidos 104Kg de permanganato de potássio, 68 litros de ácido clorídrico e 35Kg de ácido acético em solução líquida, e na segunda 27Kg de substância contendo permanganato de potássio.

Tais ações geraram um aumento relevante na procura de regularização das empresas que usam produtos químicos na nossa circunscrição, que somente este ano gerou uma receita, com autorizações e renovações de autorização de aproximadamente R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Além deste montante, registre-se ainda os valores referentes às autuações realizadas nas operações acima, que ainda encontram-se em trâmite.

UIP/DPF/CRU/PE

Deflagração de 06 Operações que proporcionaram:

30 Inquéritos por autor de prisão em flagrante

31 pessoas presas

01 mandado de prisão expedido após ação repressiva

396Kg de maconha apreendidos

22,85 Kg de cocaína apreendidos

PASSAPORTE E IMIGRAÇÃO/DPF/CRU/PE

Passaportes:

2152 solicitações confirmadas

2075 solicitações concluídas

19 solicitações canceladas por decurso de prazo

03 solicitações canceladas por erro de ofício

01 solicitações canceladas por ser o requerente procurado ou impedido

Imigração e controle de estrangeiros:

06 processos de permanência por prole

15 processos de permanência por cônjuge

06 processos de permanência por união estável

01 Deportação efetivada

12 prorrogações de prazo de estada

03 expedições de 2ª via de CIE

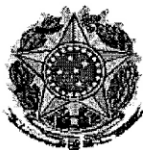
Procedimentos Disciplinares

09 sindicâncias investigativas instauradas


02 PADs instaurados

01 processo especial de acidente de serviço instaurado

ANEXO VIII - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN
TCU nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PE - SR/DPF/PE	200398 - 200399
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

Recife/PE 30 março de 2011

Paulo de Tarso Teixeira
Superintendente Regional